

Garantir direitos nas negociações coletivas



O 18º Seminário de Abertura das Campanhas Salariais realizado pelo SEESP em 4 de abril apontou a necessidade de disposição de diálogo e forte mobilização para que as conquistas dos engenheiros sejam asseguradas. Insegurança jurídica trazida pela reforma trabalhista preocupa sindicato e empresas. *Páginas 4 e 5*

DE OLHO NO CONGRESSO PARA *valorizar* A ENGENHARIA

Eng. Murilo Pinheiro
Presidente

Carreira de Estado para engenheiros, correção de distorção relativa a atribuição profissional e alteração da Lei de Licitações estão em discussão na Câmara e no Senado.

DIVERSOS ASSUNTOS DE EXTREMA relevância para a nossa categoria e o desenvolvimento do País estão em pauta no Congresso Nacional e merecem a mobilização de todos para que os parlamentares tomem a decisão correta em relação a eles. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 13/2013 – que institui a carreira de Estado para engenheiros, agrônomos e arquitetos que ocupam cargo efetivo nos serviços públicos federal, estadual e municipal – está finalmente apto a ser votado no plenário do Senado desde o dia 19 de abril. Isso porque, na véspera, foi aprovado requerimento que aguardava apreciação desde 2015, despendendo-o do Projeto de Lei do Senado 122/2014, que dispõe sobre o exercício profissional do economista.

Quando da junção das duas proposições, a que dizia respeito aos engenheiros e já havia sido aprovada em duas comissões voltou à estaca zero. Com a nova votação, recomeça a batalha para que os senadores aprovem o projeto e esse seja remetido à sanção presidencial.

Outra questão importante ao exercício profissional está prevista no Projeto de Lei 9.818/2018, de autoria do deputado federal Ricardo Izar (PP-SP), apresentado em 20 de abril. Ele revoga a prerrogativa concedida equivocadamente

ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) de definir atribuições profissionais. Baseado em dispositivo da Lei 12.378/2010, que o criou, o órgão estabeleceu como atividade privativa do arquiteto áreas de atuação de diversos profissionais, entre os quais engenheiros civis, ambientais, florestais, agrônomos e agrimensores.

Ou seja, acabou extrapolando a sua competência e criou-se ainda mais conflito nas questões ligadas à atuação compartilhada por várias categorias. Resolvida a falha da legislação por meio do PL agora em tramitação, o assunto poderá ser tratado devidamente e em comum acordo.

Está ainda em debate o Projeto de Lei 1.292/95, que altera a Lei 8.666/1993, a conhecida Lei de Licitações. A proposta, a pretexto de modernizar as regras para contratação pública e agilizar obras, pode trazer graves prejuízos que não dizem respeito apenas a questões financeiras, mas também ao bem-estar da população. Durante audiência pública promovida

pela comissão especial que analisa o PL, realizada em 24 de abril, expusemos a posição contrária do SEESP e da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) à aprovação do projeto. Apontamos que entre os principais problemas do texto que hoje tramita na Câmara e já foi aprovado no Senado está o fato de dispensar projeto executivo para a contratação, o que vem na exata contramão do que precisamos. Para haver correta gestão de recursos públicos, garantia de qualidade e cumprimento de prazos estabelecidos, é necessário que tudo seja licitado com base em projetos completos, bem elaborados e realistas.

Em vez de revogar a Lei de Licitações, é preciso aprimorá-la, e esse processo deve passar por discussão democrática e transparente, com a imprescindível participação dos profissionais da área tecnológica e de suas entidades representativas. Continuaremos a travar esse debate visando a garantia de regras claras e corretas que preservem a engenharia nacional e o interesse da sociedade.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Marcos Wanderley Ferreira, Newton Guenaga Filho, João Paulo Dutra, Fernando Palmezan Neto, Edilson Reis, Antonio Roberto Martins, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flavio José Albergaria de Oliveira Brízida, Henrique Monteiro Alves, Aristides Galvão, Carlos Hannickel, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Di Stefano Mariano, Fabiane B. Ferraz, Gil Chacur, Gley Rosa, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Marcellie Dessimoni, Mário Luiz Donato, Meire Garcia, Nestor Tupinambá, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Sérgio Granato. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 11.000 exemplares. Fotalito e impressão: Folha Gráfica. Edição: Maio de 2018. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo

Veja como em www.seesp.org.br/publicidade/

ou pelos telefones:
(11) 99173-0651
(11) 3284-9880

Previsão de R\$ 86,4 bi para ferrovia pode não sair do papel



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2).

Página 5

visite nosso site www.seesp.org.br

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio: **CREA-SP**

O futuro do trabalho e das organizações

Valter Pieracciani

DIANTE DE UM futuro em transformação, as organizações e os empregos sofrerão mudanças, e das grandes. Como serão as empresas daqui a 15 anos? Como serão as relações internas, a remuneração e a meritocracia? E o mais intrigante: o engajamento? Existirão organizações sem vínculos claros com seus colaboradores?

Caberá a cada um de nós escolher entre reclamar da redução do número de vagas ou abraçar um futuro cujos prenúncios já estão bem vívidos. A febre das *startups*, por exemplo, e a energia que grandes empresas investem em tentar acompanhar – mesmo que de maneira atabalhoada – esse movimento são indicadores mais claros da transformação a caminho.

Uma experiência que abriu meus olhos para essa nova possível realidade do mundo do trabalho se deu em 2014, antes da Copa do Mundo no Brasil. Uma empresa precisava desenvolver aplicativos para celular, em diversos idiomas. O projeto estava atrasado. Ao invés de contratar 50 desenvolvedores, pedimos que nos deixassem estruturar, em 15 dias, um processo de inovação aberta que atraísse pequenas empresas, universidades e *hackers*. A proposta foi aceita. E o resultado, fabuloso: mais de 2 mil acessos nas primeiras três semanas. Centenas de projetos enviados, mais de 40 selecionados e cinco foram escolhidos e acelerados. Problema resolvido!



Motivados ao extremo, aqueles profissionais se sentiram desafiados e se entregaram ao projeto. Os competidores trabalharam sábados e domingos, em alta velocidade e produtividade. Muda a perspectiva de engajamento, e isso precisa ser compreendido. Naquela ilha de eficiência, estávamos, talvez, diante da mais profunda, rápida e verdadeira reforma trabalhista.

Para nós, esse é o desenho do futuro do trabalho e das organizações. Sistemas abertos, mas, ao mesmo tempo, centrados em desafios claros e compartilhados. Relações transitórias, porém carregadas de força e alinhamento. Muitos “você s/a” configurados como organizações temporárias, mas superpoderosas.

Passados alguns anos, emerge o conceito de *open corp* ou *open business*, modelo organizacional calcado nas ideias de rede e de colaboração aberta. Essas estruturas partem da premissa de que os resultados serão divididos entre quem de fato contribuiu para que fossem atingidos. Quer mais meritocracia e alinhamento estratégico do que isso? Considerando este cenário, acreditamos que os organogramas tradicionais vêm dando lugar a novas empresas e a uma nova forma de trabalho.

É tempo de parar de se preparar para bons empregos e descobrir e desenvolver o que você faz melhor que os outros. Mergulhar e aperfeiçoar-se com força e energia no que sabe e gosta de fazer e destacar-se por isso.

Valter Pieracciani é empresário, escritor e sócio-diretor da Pieracciani Desenvolvimento de Empresas – Consultoria em Inovação. É autor dos livros “Qualidade não é mito e dá certo” e “Usina de inovações – Guia prático para a transformação de sua empresa”

REFORMAS MODERNIZANTES



Fortalecer AS NEGOCIAÇÕES

Rosângela Ribeiro Gil

COMO JÁ É TRADIÇÃO, o SEESP realizou em 4 de abril último, na sua sede, na Capital, o Seminário de Abertura das Campanhas Salariais dos engenheiros. Em sua 18ª edição, o evento reuniu especialistas, profissionais, representantes de empresas e dirigentes do sindicato. A tônica predominante, desta vez, foi o novo cenário criado pela Lei 13.467, em vigor desde novembro de 2017, que alterou mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Uma das principais mudanças trazidas pela nova norma é a prevalência do negociado sobre o legislado. Diante disso, como resumiu o representante da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), Daniel Bocoli, “empresas e sindicatos têm o grande desafio de se sentar à mesa com muita maturidade e responsabilidade”.

À abertura, o presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, frisou que o cenário é difícil, complexo e atípico para todo mundo que vai participar das negociações coletivas, mas ressaltou que “a saúde do empregado é a saúde da empresa” e vice-versa. “O que nos ensina o momento é que teremos de conversar muito para entender de que forma poderemos seguir. A dificuldade é para os dois lados, por isso ainda mais importante se torna o diálogo com respeito.” O chefe de gabinete da Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo (SRT/SP), órgão ligado ao Ministério do Trabalho, Caio César, concordou que o País atravessa uma situação crítica em todos os aspectos e que a sobrevivência das entidades dos trabalhadores e patronais, por falta da contribuição sindical, é uma questão que preocupa. “Precisamos



Dirigentes sindicais e engenheiros, entre outros interessados, prestigiam evento no auditório do SEESP, na Capital, em abril último.

de sindicatos fortes dos dois lados para garantir conquistas e benefícios. Empresa ajustada e empregado feliz ajudam a aumentar o PIB (*Produto Interno Bruto*) do País.”

O mesmo entendimento tem Lucas Pereira, da Eletropaulo, para quem é importante a aproximação entre sindicato, empresa e profissionais para se alcançar “momentos mais tranquilos”. Para Marco Antônio Oliva, do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva – Regional São Paulo (Sinaenco/SP), a dificuldade da nova lei é sentida também pelo lado patronal. Ele expôs: “Tivemos uma arrecadação bem inferior em janeiro de 2018, ante o mesmo período do ano passado. Fomos obrigados a fazer uma reestruturação geral, com fechamento de regionais, e não sabemos como orientar as empresas a partir dessa lei.” A representante da Usiminas de Cubatão, Milena Moromizato, salientou: “A nossa palavra, em 2018, é superação, e a categoria é muito importante para isso.”

Balbúrdia jurídica e política

Para o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto, o evento alcança a idade da maturidade, o que ajudará a superar três desafios. O primeiro é a própria sobrevivência da organização dos trabalhadores, já que “atravessamos a conjuntura mais agressiva contra os sindicatos”. Depois, “temos o enfrentamento de um amargo período de recessão, com indicadores preocupantes de desemprego”. Por fim, a reforma trabalhista, que define como “lei celerada”. Ele não tem dúvida que a norma é “um fator de perturbação para a sociedade brasileira, tendo criado uma balbúrdia econômica, política e jurídica”. Em face disso, acredita, a estabilidade das relações do trabalho vai depender da resistência unificada “à maléfica lei”.

O professor Antonio Corrêa de Lacerda, diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FEA-PUC/SP), considera este um “momento crucial da economia brasileira”. Para ele, a recuperação do País será lenta, frágil e instável. Entre outras dificuldades, Lacerda destacou a



Abertura da 18ª edição do seminário reúne especialistas, representantes de empresas e sindicatos para avanços nas campanhas salariais deste ano.

ausência de crédito, que vinha, principalmente, de instituições públicas, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além disso, como apontou, “temos um quadro surreal: mais de 12% de desempregados e quase 10% em trabalho precário, o que chega a quase 20% da população sem renda e em condições ruins”.

Na verdade, explicou Lacerda, esse conjunto de fatores econômicos, como falta de investimentos públicos, inflexão no nível de produtividade, tímido crescimento dos níveis de produção industrial, taxa de juros alta para pessoa física, vem acompanhado de uma inflação muito baixa. “Mas para a classe média é outra realidade, pois vários dos serviços que ela utiliza e que tiveram aumento, como plano de saúde, escola, tarifas públicas, não compõem o índice inflacionário. O que implica um orçamento mais restrito, até porque esses preços não se refletem nos acordos coletivos. É um paradoxo: um falso controle da inflação.”

O professor observou que hoje o debate sobre as políticas do governo é dominado pelo “rentismo”. E criticou: “Vendem os interesses financeiros como se fossem os do País.” Sob essa ótica, lamentou “a panaceia”

ÇÕES COLETIVAS SALARIAIS



representantes de empresas e do SEESP. No púlpito, Murilo Pinheiro, presidente do sindicato, chama ao necessário diálogo

em que se transformou a abertura comercial recentemente anunciada pelo governo brasileiro, com a redução de alíquotas de importação, o que “agrava a desindustrialização”. Ainda compõem esse quadro, como descreveu o especialista, a privatização sem regulação e a desnacionalização desenfreada de setores estratégicos, como o energético. Na contramão do que o governo vem fazendo, ele defende reformas consideradas fundamentais, como a financeira e a tributária, para desonerar a produção e o trabalho. Ao final, Lacerda foi taxativo: “Reforma trabalhista não cria emprego, o que cria é desenvolvimento e crescimento econômico.”

Inconstitucionalidades

A desembargadora Silvana Abramo Margherito Ariano, secretária-geral da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), ressaltou que a Lei 13.467/2017 contém “diversas inconstitucionalidades” e vem para desestruturar o Direito do Trabalho. Ela destacou, por exemplo, a criação de diversos tipos de contratos e jornadas, como a de 12 horas de trabalho e 36 horas de descanso (12x36) e a intermitente. Outro ponto negativo é que a norma dificulta

o acesso do empregado à Justiça do Trabalho. Frente a esse quadro, para Ariano, as assessorias jurídicas dos sindicatos terão papel fundamental na criação de jurisprudências mais equilibradas para as relações do trabalho.

A magistrada discorreu sobre a 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, evento promovido pela Anamatra, em parceria com outras entidades, que reuniu, em setembro último, mais de 600 juízes, procuradores e auditores-fiscais do trabalho, além de advogados e outros operadores do Direito, que, divididos em oito comissões temáticas, debateram mais de 300 propostas sobre a reforma. Foram aprovados 125 enunciados sobre a interpretação e aplicação da Lei 13.467. Esses, como salientou, “devem ser compreendidos como a expressão do pensamento e entendimento de uma grande parte dos magistrados do trabalho”.

Ariano disse que ainda se espera que o Supremo Tribunal Federal (STF) faça ajustes à nova lei. No caso específico da contribuição sindical, a juíza esclareceu que, por ser um imposto, a mudança deveria ter sido por meio de uma lei complementar e não ordinária. Portanto, como frisou, o fim da

obrigatoriedade do desconto “não poderia ser reconhecido”. Enunciado aprovado na jornada tenta pacificar a questão, indicando a autorização prévia para o desconto a partir de decisão coletiva em assembleia de trabalhadores sócios e não sócios. Apesar do cenário complexo, ela acredita que as negociações salariais podem garantir um “patamar civilizatório” nas relações do trabalho para os próximos dez anos.

Amadurecimento

Nessa direção, o jornalista João Franzin, diretor da *Agência Sindical*, destacou que a iniciativa exitosa do SEESP deveria ser seguida por outras entidades. “Isso mostra um amadurecimento do movimento”, elogiou. Na oportunidade, ele falou de três experiências recentes vitoriosas já à luz da nova lei trabalhista: o sindicato dos hoteleiros de São Paulo homologou um acordo que beneficia mais de 12 mil empregados do setor; o dos padeiros da Capital realizou assembleias representativas, em que a categoria aprovou o desconto da contribuição sindical; e o dos servidores públicos municipais de Guarulhos acabou de assinar acordo junto à Prefeitura que garantiu todos os itens anteriores. “Isso mostra que é possível lutar e o sindicato sair ainda mais fortalecido”, concluiu.

O seminário contou com a presença, ainda, do vereador paulistano Eliseu Gabriel (PSB); de Gustavo Cerqueira (CPFL); de Norberto Zerbetto Hausmann e Lilian Rodrigues Alves, da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep), de Luiz Cláudio Xavier, da Telefônica; dos sindicatos dos engenheiros dos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e Tocantins; de diretores da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE); e da presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal (Crea-DF), Fátima Có.

* Confira todas as datas-bases dos engenheiros em <https://goo.gl/ucBm33>.

Reforma trabalhista e suas implicações foram tônica predominante em 18ª edição de seminário realizado pelo SEESP.



SEM LIMITAÇÃO DE GÊNERO PARA OS CARGOS, DEFENDE PRIMEIRA DIRETORA DA POLI

Jéssica Silva

ELEITA COM 200 de 217 votos válidos e empossada em 21 de março último, Liedi Légi Bariani Bernucci é a primeira mulher a assumir a diretoria da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP). Formada em Engenharia Civil, mestre em Engenharia Geotécnica, doutora em Engenharia de Transporte e docente no Departamento da área na Poli, ela fica feliz em ser exemplo às mulheres engenheiras. “Não há limite de gênero para os cargos, estes estão aí para serem ocupados pela competência, pelo talento, pelo preparo”, defende. A Poli tem hoje 5.241 alunos de graduação, sendo 19% mulheres (1.018), 17 cursos e 445 docentes, afora os de pós-graduação e extensão. Na sua ótica, é missão dessa estrutura e de todas as escolas de engenharia do País “preparar recursos humanos motivados à transformação do nosso futuro”. Vice-diretora na gestão anterior, Bernucci é realista quanto aos desafios a serem enfrentados nessa direção, como explicita nesta entrevista ao **Jornal do Engenheiro**.

Quais são os objetivos da nova diretoria da Poli?

Vamos pesar sucesso e possíveis problemas da nova estrutura curricular (EC-3), implantada há cinco anos na graduação. Estamos com a turma no último ano, então é o momento propício a uma avaliação crítica e a um aperfeiçoamento da grade. Em pós-graduação, queremos aprimorar os cursos que têm notas menores, embora não ruins, na Capes (*Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*). Visamos, ainda, incentivar programas de bolsas e mentoria, como o desenvolvido pela Associação dos Engenheiros Politécnicos de auxílio aos alunos com vulnerabilidades financeiras. Também pretendemos incentivar ao máximo os grupos de pesquisas. Temos um, por exemplo, em gás natural, composto por mais de 60 docentes, sendo 40 da Poli, com parcerias privadas e governamentais.

E quais são os atuais desafios da escola?

Temos que enfrentar a crise nacional, que atinge duramente a engenharia. Temos a concorrência externa e, ao mesmo tempo, as grandes empreiteiras passando por problemas de corrupção, de ética. Paralelamente,

a universidade enfrenta uma crise interna, e há tempos precisa cortar gastos. Temos restrições orçamentárias de fato. Essa é nossa maior dificuldade, precisamos ser criativos e buscar diferentes soluções para financiar tudo o que a Poli faz. É muita coisa ao mesmo tempo. A engenharia brasileira precisa se reestruturar.

Como a Poli, que é referência no País, pode ajudar nesse sentido?

Podemos colaborar à reconstrução necessária da imagem da engenharia, com projetos e pesquisas que contribuem diretamente ao desenvolvimento e à possibilidade de aumento de riqueza (*da sociedade*). Outra parte é na formação sólida, com oferta de experiência no exterior. Não somente a Poli, mas as escolas de engenharia de modo geral, têm a missão de preparar recursos humanos motivados à transformação do nosso futuro.

Com esse objetivo, o SEESP criou o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), com uma linha de ensino voltada à prática, e oferece a graduação em Engenharia de Inovação. Qual sua opinião sobre iniciativas como essa?

São iniciativas importantes, que apontam para uma melhoria do profissional do futuro. A gente precisa reerguer a engenharia, e vai ser por meio desses jovens, desse novo recurso humano. A nova imagem da engenharia vai ser consequência do trabalho deles. Mas nada no ensino muda a curto prazo. E não somente na engenharia, mas toda a educação no País tem que ser bem fundamentada. Sem essa educação muito bem baseada, eu não acredito no crescimento econômico do Brasil, nem em melhoria de vida da população.

O que significa ser a primeira mulher na direção da Poli?

Eu fico muito feliz de abrir mais uma porta para o gênero feminino. Espero dar um exemplo positivo às mulheres, de que elas podem ocupar qualquer cargo da en-



Liedi Légi Bariani Bernucci: preparar recursos humanos motivados à transformação do futuro.

genharia. Não há limite de gênero para os cargos, estes estão aí para serem ocupados pela competência, pelo talento, pelo preparo. A engenharia ainda é uma área mais masculina, mas do meu tempo de graduação para hoje vejo que está mudando. E a gente precisa realmente combater o preconceito, porque ele é inimigo para se melhorar, aperfeiçoar e progredir.

Nesse esforço, em 2017, alunas e professoras da Poli produziram um vídeo de denúncias de casos de machismo e violência contra a mulher na universidade, que teve a sua participação. São ações como essa que combatem o preconceito?

Sim. Hoje a juventude está alerta, e as mulheres denunciam, não se calam e não devem mesmo. Isso é muito positivo. Na minha época não tínhamos a quem reclamar. Algumas pessoas falam que a vida está chata, porque comentários preconceituosos que antes eram vistos como piadas são totalmente condenados. Não acho chato coisa nenhuma, é chato para quem estava acostumado a mandar em tudo. Para quem sofria preconceito, essa mudança é muito boa.

Profissionais e estudantes se atualizam na área de gestão e liderança

O Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP realizou, nos dias 7, 14 e 21 de abril, o curso “Liderança e gestão de pessoas na engenharia”. “Trabalhamos temas que envolvem competências de um líder, comunicação, *feedback*, tomada de decisão, avaliação situacional, dentre outros”, disse a especialista e professora Alexandra Justo.

Ela explica que é impossível trabalhar essa liderança e gestão “se não pensarmos em nossas empresas e instituições de forma estratégica, considerando também a realidade econômica e social em que estão inseridas”. Para tanto, relata, “nesse curso apresentamos as premissas da liderança, administração estratégica e algumas rotinas da área de gestão de pessoal, como as informações da rotina trabalhista e as vinculadas ao *e-Social* – novo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas”.

Segundo Justo, é impossível tratar liderança e trabalho em equipe sem abordar a temática da diversidade, como, por exemplo, geracional e tantas outras. “Te-

mos que atentar à inclusão das diversas idades e experiências no cenário de trabalho, assim como das pessoas com deficiência”, acrescenta. E conclui: “O que se coloca é como um gestor engenheiro consegue incluir todas essas demandas, trazendo as características principais de cada pessoa e que somam ao ganho em equipe e ao resultado da empresa, demonstrando vantagem competitiva.”

Outro ponto relevante do curso, conforme a especialista, foi “a aplicação de algumas ferramentas de *coaching* para que os próprios profissionais se enxergassem e pudessem avaliar como está seu perfil enquanto líderes, como são seus processos de comunicação e relacionamentos com os outros pares”. Também foi tratada a inteligência emocional que o engenheiro pode se valer como facilitador em seu papel de líder gestor.

A primeira turma, informa a coordenadora do Núcleo Jovem Engenheiro, Marcellie Dessimoni, contou com perfis diferentes, o que gerou uma boa dinâmica nos



Primeira turma do curso “Liderança e gestão de pessoas na engenharia”, no sindicato.

encontros que foram realizados na sede do sindicato, em São Paulo. “Tivemos aqui com a gente estudantes e engenheiros já no mercado de trabalho, da Capital e do Interior de São Paulo.”

OPORTUNIDADES NA ENGENHARIA

Vagas para estágio nas áreas de logística e tecnologia

A MRS, operadora logística que administra uma malha ferroviária de 1.643km nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, está com inscrições abertas para o novo ciclo do seu Programa de Estágio 2018/2019. Há vagas abertas para os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na área de engenharia são as seguintes modalidades: civil, de controle e automação; de materiais; de produção; elétrica; mecânica e mecatrônica. Podem participar estudantes de nível superior e técnico com previsão de formatura entre julho e dezembro de 2020. Inscrições até 20 de maio em <https://goo.gl/DfFn3u>.

Já a Henkel, líder global em marcas e tecnologias, está com processo seletivo para estágio a estudantes do penúltimo ano em qualquer área da engenharia até 31 de maio em <https://goo.gl/R3qwF7>. As vagas são para atuação na Capital e em outras três cidades paulistas (Jundiaí, Itapevi e Diadema).

FAZENDO DIFERENTE

Startup e consultoria na vida do jovem engenheiro

Em agosto de 2016, os engenheiros Renan Galvão Silva e Renato Morettini criaram a *startup* Modo de casas pré-fabricadas. Como consta da apresentação do *site* (<http://www.modoit.com.br/>), a proposta traz “um novo conceito de morar, não mais de construir, mas de montar e desmontar uma casa, flexível, que se adequa sempre às suas necessidades”. A ideia, conta Silva, surgiu dos vários trabalhos que ambos desenvolveram em empresas de construção civil. “Víamos como o setor segue os mesmos padrões e erros em diversos ambientes. Isso

nos motivou a montar essa *startup* para eliminar esses problemas, que vão desde a execução do trabalho até o desperdício de material.”

Aos 24 anos de idade, Silva tem ainda uma empresa de consultoria na parte de *Building Information Modeling* (BIM) – processo que possibilita representação virtual de características de uma edificação ou qualquer construção, por todo o seu ciclo de vida. “Para mim tem sido vantajoso exercer a profissão assim, porque aprendo com projetos e empresas diferentes”, destaca.



Palestra no SEESP, na Capital, sobre a modelagem BIM, com a participação de Renan Galvão Silva.



ISITEC
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

EXCELÊNCIA EM
EDUCAÇÃO

Conheça os nossos cursos



www.isitec.edu.br

R. Martiniano de Carvalho, 170
São Paulo/SP

Tels.: (11) 3254-6850 e 3294-9697



SEESP passa a representar servidores de Osasco



Assembleia inaugural dos engenheiros da Prefeitura de Osasco aprova pauta de reivindicações da categoria.

O sindicato agora participará das negociações coletivas em prol dos engenheiros da Prefeitura Municipal de Osasco. A primeira Assembleia Geral Extraordinária ocorreu no dia 23 de abril, quando a categoria aprovou pauta de reivindicações para dar início a sua campanha salarial 2018. Há seis anos eles não têm reposição da inflação, e os vencimentos estão abaixo do piso da categoria (nove salários mínimos), garantido pela Lei 4.950-A/66. As perdas chegam a 65,21%.

Participaram da assembleia inaugural os diretores do SEESP Carlos Eduardo de Lacerda, Deodoro Vaz e Frederico Okabayashi; além dos presidentes do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (Sasp), Maurílio Chiaretti; e da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Osasco, Leandro Fogaça. No ensejo, foram eleitas duas delegadas sindicais: Adriana Mendes Volpiani e Sueli Gusson. Os diretores do SEESP fizeram um balanço positivo da atividade, que contou com novas associações à entidade.

Aprovado acordo no Metrô

Com data-base em 1º de maio, os engenheiros que trabalham na companhia aprovaram em assembleia no dia 24 de abril último a proposta da empresa para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2018. Destacam-se, entre os itens, reposição da inflação com base no índice inflacionário pelo IPC-Fipe acumulado entre maio de 2017 e abril de 2018 e manutenção de conquistas anteriores. Entre elas, os percentuais atuais de hora extra e adicional noturno; o plano de saúde Metrus nos moldes atuais – será feita alteração da base de cálculo para salário-base mais gratificação, quando houver, para o limite de 20% de despesa médica mensal; cláusula de recurso administrativo e discipli-



nar, em caso de demissão; estabilidade para acidentados do trabalho ou portador de doença profissional, bem como para afastados por doença, serviço militar e pré-aposentadoria; e cota extra do vale-alimentação, a ser paga no final do novembro de 2018. Também foram aprovados o Programa de Participação nos Resultados 2018 e o acordo sobre compensação de horas.

Pautas de reivindicações

Cetesb, CDHU, Dersa, EMTU, SPTrans, e CET – Nos meses de março e abril os engenheiros dessas empresas aprovaram em assembleias suas pautas de reivindicações, as quais já foram protocoladas nas empresas. Os profissionais aguardam as datas para realização das primeiras rodadas de negociação. A data-base é 1º de maio.

PMSP – Os engenheiros da Prefeitura de São Paulo (PMSP), cuja data-base é 1º de maio, protocolaram em 5 de abril a pauta de reivindicações aprovada em assembleia. No mesmo mês foi publicada a Portaria nº 37, da Secretaria Municipal de Gestão, que dispõe sobre a reposição, de 2 de maio a 15 de outubro deste ano, dos dias não trabalhados pelos servidores, por conta da greve deflagrada em protesto vitorioso contra o PL 621/16, relativo à reforma da Previdência dos servidores públicos da Capital. A paralisação se deu entre os dias 8 e 27 de março.

Energéticas – Com data-base em 1º de junho, os engenheiros da Rio Parapanema Energia, da AES Tietê, da Elektro, da Eletropaulo e da Emae aprovaram, em assembleias na primeira quinzena de abril, suas pautas de reivindicações, as quais em breve serão protocoladas nas empresas.

Cesp – Aprovada em 6 de março último, a pauta de reivindicações dos engenheiros foi protocolada na empresa no dia 16 do mesmo mês. A categoria aguarda agora o início das negociações. A data-base é 1º de junho.



Engenheiros da Embraer discutem fusão anunciada com a Boeing

O futuro da empresa brasileira foi objeto de debate da categoria no dia 18 de abril último, na Delegacia Sindical do SEESP em São José dos Campos. Ocorrida em função do anúncio de fusão da Embraer com a Boeing, a iniciativa contou com a coordenação do presidente estadual do SEESP, Murilo Pinheiro. No encontro foram levantadas propostas a

serem apresentadas à companhia. No dia 23 do mesmo mês, os dirigentes do sindicato se reuniram com o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP) para tratar do tema, especialmente no que se refere à manutenção de empregos e à preservação da capacidade técnica da Embraer, caso a transação comercial se consolide.



Categoria debate futuro da Embraer na sede da Delegacia Sindical do SEESP em São José dos Campos.

Carreira de Estado volta à pauta de votação do Senado

Após três anos de paralisação, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 13/2013 – que institui a carreira de Estado para engenheiros nas três esferas de governo – está pronto para ser votado no Senado desde 19 de abril. Um dia antes foi aprovado o Requerimento nº 660,

de 2015, que solicitava o desapensamento do PLC do Projeto de Lei do Senado 122/2014, que dispõe sobre o exercício profissional do economista. A Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), à qual o SEESP é filiado, segue mobilizada pela aprovação.

PL propõe corrigir atribuição profissional

O deputado federal Ricardo Izar (PP-SP) apresentou no dia 20 de abril último o Projeto de Lei 9.818/2018 que, se aprovado, corrige grave distorção sobre a atribuição profissional de várias categorias da área tecnológica. A proposição altera a Lei 12.378/2010, a qual, como ressalta o presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, impõe limite indevido aos engenheiros e amplia atribuições para outros

profissionais sem qualquer respaldo legal. “Portanto, é bastante oportuno o PL apresentado, que pode sanar essa interpretação equivocada e preservar o espaço legítimo da nossa categoria no mercado de trabalho e no desenvolvimento do País”, afirma. Para pressionar por sua aprovação, é possível votar na enquete sobre o tema, disponível em <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2169684>.